

História Ambiental e ensino de História: prática e metodologias aplicadas

Ilsyane do Rocio Kmitta

Resumo

O presente texto visa apresentar breves reflexões sobre atividades desenvolvidas como prática de ensino da disciplina de História Ambiental, oferecida no curso de graduação em História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Amambai-MS. São atividades e debates realizados que culminaram na realização de entrevistas e demais atividades, resultando na produção de fontes para pesquisas no que concerne ao meio ambiente e estudos regionais e indígenas.

Palavras-Chave: História Ambiental. Ensino de História. Prática e metodologia aplicada.

Environmental History and History Teaching: Practice and Applied Methodologies

Abstract

This text aims to present brief reflections on activities developed as a teaching practice of the discipline of Environmental History, offered in the undergraduate course in History at the State University of Mato Grosso do Sul, a university unit in Amambai-MS. These are activities and debates that culminated in interviews and other activities, resulting in the production of sources for research regarding the environment and regional and indigenous studies.

Keywords: Environmental History. History Teaching. Practice and applied methodology.

Texto integral

Introdutória

Em consonância com a proposta de reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Amambai, a grade curricular aprovada em 2017, para ser executada a partir de 2018, oferece a disciplina de História Ambiental para a turma do 1º ano do curso. Cabe aqui fazer algumas considerações no que se refere aos cursos oferecidos e o perfil dos discentes que frequentam essa unidade de ensino.

Falamos de um pequeno *campus* que foi instalado em 1994, oferecendo cursos rotativos¹. Somente em 2003, quando da necessidade de fixar e verticalizar os cursos, é que a UEMS passou a oferecer o curso de História (licenciatura) em Amambai, e em 2008 também Ciências Sociais (licenciatura). O perfil dos alunos da graduação de ambos os cursos é atualmente majoritariamente de origem indígena, etnia Kaiowá, seguido de outros estudantes de origem popular da cidade de Amambai e provenientes de municípios vizinhos como Tacuru e Coronel Sapucaia – cidade fronteira com Paraguai. Com o SISU, nos últimos anos a unidade vem recebendo alunos de outros estados federados e dos demais municípios de Mato Grosso do Sul.

A disciplina possui carga horária de 136 horas, sendo 68 horas teóricas e 68 horas na modalidade EaD. A universidade utiliza o sistema *moodle* para o ensino à distância. Desta forma, a parte teórica é ministrada no primeiro semestre e a parte EaD, no segundo semestre. Em sua ementa, a disciplina de História Ambiental traz as seguintes questões para serem pensadas:

A disciplina pretende incitar a discussão dos principais temas relacionados aos conceitos de natureza, ecologia, ambiente e preservação ambiental tratando-os enquanto objeto da história. Discutindo as transformações do imaginário ocidental com relação ao

¹ A Ata de Solenidade da instalação e aula inaugural da UEMS - unidade de Amambai, MS, é datada de oito de agosto de 1994, quando na criação do curso de Letras. Na ocasião, o gerente da unidade era o Professor Claudio Guedes Xavier.

mundo natural e a história do pensamento e das práticas de transformação dos ambientes. Também as bases epistemológicas da história ambiental e a evolução e transformação e preservação dos diversos ecossistemas pelas sociedades humanas nos diferentes momentos históricos são interesses centrais da disciplina (PPC, 2018).

Ao que tange ao conteúdo que, de acordo com o Projeto Pedagógico/2018, devem ser trabalhados pelo professor/a ministrante da disciplina, consta:

História e Natureza – história ambiental como objeto da História; Subsídios para compor uma visão crítica sobre a relação sociedade e natureza; As bases teóricas da História Ambiental; História Ambiental: Historiografia, Campo de Pesquisa, Métodos e Fontes; História Ambiental no Brasil; ambientalismo, devastação, crítica e resistência; O Brasil e a nova ordem ambiental internacional (PPC, 2018).

Aqui fazemos algumas ponderações, com base em dados e leituras obtidos para realização de pesquisa (2008-2019), que envolvem temas e problemáticas apontadas pelos discentes que cursaram a disciplina, em especial sobre as populações indígenas que integram as três aldeias em Amambai, Aldeia Amambai, Aldeia Jaguaru, Aldeia Limão Verde; em Coronel Sapucaia a Aldeia Takuapery e o acampamento Kurussu/Amba; e em Tacuru a Aldeia Jaguapiré e Aldeia Sassoró. São aldeamentos que congregam povos indígenas como os Guarani Kaiowá, que sofrem constantes ataques e enfrentam um racismo ambiental que perdura a décadas, mas que, por outro lado, um número cada vez mais crescente de jovens indígenas buscam as universidades para formação acadêmica, produzindo conhecimentos que valorizam e vão ao encontro dos saberes tradicionais, da sua cultura, de suas tradições. Jovens que estão gradualmente ocupando espaços de atuação profissional como o de professor nas escolas indígenas.

Como ministrante da disciplina, nos anos de 2018 e 2019, foram realizadas atividades que envolveram entrevistas, no intuito de trazer para debate, e oficinas com temas que foram levantados nas entrevistas. Inicialmente houve estudo sobre a metodologia da história oral, com a leitura da obra *História oral: como fazer, como pensar* de José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda. Estudamos sobre a importância da carta de cessão de direitos sobre a entrevista, da transcrição e do roteiro norteador.

Foram elaboradas questões abrangendo os seguintes eixos: universo familiar; universo do trabalho; universo geográfico; universo cultural. Para cada um dos temas, foi organizado um pequeno conjunto de pontos, de modo a introduzir o assunto e marcar os eixos da entrevista. E, para finalizar, fez-se a organização das atividades em uma pasta, contendo o roteiro das questões, a carta de cessão, a gravação e transcrição da entrevista em CD.

Os anos 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia do coronavírus, que impactou severamente a educação em todos os níveis. O fechamento das unidades escolares e o estabelecimento do ensino remoto evidenciaram a grande vulnerabilidade das populações indígenas no estado. Em todos os aspectos eles foram duramente atingidos. Na educação não foi diferente. O corpo discente do curso de História, em sua grande maioria, é formado por indígenas, estes com grandes dificuldades para concluir as disciplinas. O principal empecilho foi a comunicação, a falta do contato discente/docente. A oralidade é característica das populações indígenas e essa especificidade permeia também a educação superior. O contato discente/docente é, portanto, fundamental para o desenvolvimento discente indígena.

Outro problema grave apontado foi a falta de acessibilidade dos discentes, tanto indígenas quanto não indígenas. O único equipamento de acesso de todos era o celular, não havendo possibilidade de acesso constante. As aulas remotas foram ofertadas via plataforma Google Meet nos mesmos horários em que ocorreriam em condições normais, presenciais.

Para atenuar as dificuldades discentes, o corpo docente do curso de História mobilizou-se e propôs a elaboração de cadernos de atividades para cada disciplina. Cada caderno era composto por textos e atividades a serem desenvolvidas pelos discentes. Mesmo assim, foi considerável o número de alunos que não concluíram a série. A evasão foi significativa.

Diante das dificuldades discentes apresentadas, em setembro de 2020 a universidade lançou o Auxílio para Acesso Emergencial à Internet, destinado aos

discentes em vulnerabilidade socioeconômica e com risco de evasão por abandono do curso ou trancamento de matrícula. O edital tinha por objetivo:

Propiciar o suporte financeiro, de curto prazo, para acadêmicos regulares de cursos presenciais de graduação da UEMS, com comprovada vulnerabilidade socioeconômica e impossibilidade de, por recursos próprios, ter acesso à internet e, fato que inviabiliza o acompanhamento das Atividades Remotas Emergenciais de Ensino da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, Edital 057/2020).

Em 2021, já ciente da extrema vulnerabilidade, a universidade lançou um edital destinado apenas aos discentes indígenas, além do edital destinado aos demais discentes. Pelo Edital 21/2021 foram ofertadas 480 bolsas de R\$100,00 reais cada. Mesmo com a bolsa, os acadêmicos indígenas tiveram dificuldades com o serviço de telefonia e internet. Nas aldeias não existem torres de distribuição de sinal em número suficiente. Os discentes compravam créditos que rapidamente se exauriam. Não havia possibilidade de assistir aulas remotas nos cinco dias da semana. O desempenho discente ficou muito comprometido nos anos 2020 e 2021, conforme consta no Relatório de Avaliação do Curso de História, instrumento elaborado por docentes, técnicos, e discentes atuantes e egressos.

Com relação aos cadernos de atividades trabalhados nos anos de 2020 e 2021, além dos textos, na disciplina de História Ambiental foram propostas pesquisas sobre temas que pudessem ser desenvolvidas nos locais de moradia do discente. Foram tratados problemas relacionados com a coleta e tratamento de lixo na cidade e nas aldeias, com os recursos hídricos e com a distribuição de água, na identificação de áreas verdes, em verificação de políticas públicas para preservação e conservação do meio ambiente. Todos esses problemas envolvendo a cidade e as aldeias, temas desenvolvidos *in loco* ou via pesquisa nos sites oficiais dos órgãos públicos.

Ainda que com resultados regulares, os alunos conseguiram desenvolver minimamente os temas sugeridos, considerando-se satisfatório o desenvolvimento do

trabalho acadêmico realizado pelos discentes, que resultou em conhecimento e ciência da realidade ambiental nos seus respectivos locais de vivência e moradia.

A História Ambiental na universidade

Feita as devidas considerações, como ponto inicial, de nossas apreciações sobre a proposta apresentada no PPC de 2018, faz-se importante salientar que na historiografia despontam trabalhos dos diversos laboratórios, projetos e grupos de pesquisa que englobam docentes e discentes em basicamente todas as universidades. São trabalhos no campo da História Ambiental, com a presença de um leque considerável de pesquisas e produções voltadas para a formação de profissionais capazes de levar tais preocupações e discussões para o ambiente acadêmico e escolar, constituindo fontes de estudos sobre as diferenças e características regionais e ambientais nas relações estabelecidas entre e sobre o humano e a natureza. Pretende-se com isso propiciar oportunidades para produzir e desenvolver um campo de estudo vasto e que permite reunir temáticas das mais variadas, visando investigar as inter-relações geradas através do tempo e o processo de antropização, inclusive na desconstrução de conceitos que margeiam os currículos de história.

É um panorama que se amplia e pode ser constatado em estudos demasiados aprofundados, sejam eles locais, regionais ou globais; que trazem as especificidades e singularidades dos múltiplos grupamentos sociais e fornecem inúmeras possibilidades na constituição de um caleidoscópio que abranja múltiplas fontes na construção do conhecimento ambiental e na abordagem histórica, sem descartar os modos e meios dos processos de resistências emergentes temporalmente. Ou seja,

A História Ambiental, como campo de estudos busca compreender a lógica na relação entre os grupos humanos e as comunidades naturais das quais formam parte. Interessa-se por explicar a forma com que as forças naturais, ou antropogênicas tem modificado as paisagens e como estas transformações têm alterado a vida humana. Às vezes nossos olhares não conseguem ver, e nós não conseguimos entender que a

natureza transformada expressa cultura. Isto porque nos acostumamos a olhar para as ações humanas como fenômenos emancipados do meio ambiente (FUNES & RIOS, 2020, p. 12).

É sabido que cada geração escreve sua história, no seu tempo, atendendo as demandas de sua época, cujo desafio político é o de produzir conhecimentos capazes de situá-los em seus processos de formação e de transformação, postulando necessidades de integrar-se sociopoliticamente nos processos de construção de leituras e interpretações da sociedade. São agendas que implicam pesquisas e estudos, seja na sala de aula, seja nos arquivos; em resumo, para rever a história de nossas cidades, estados e biomas por uma outra perspectiva, que seja capaz construir e direcionar olhares sobre o ambiente e a sociedade,

[...] e, nessa medida, constitui o fundamento da crítica à noção de progresso como um tempo/espaço único e absoluto na medida em que substitui o chamado “tempo da natureza” pelo tempo tecnicizado e acelerado. Esse tempo moderno coloca o planeta numa nova ordem que no limite, rejeita tudo aquilo que ameaça a supremacia do grande capital. O tempo do dito progresso passou a ser definido pelo tempo do lucro e, por isso mesmo, a natureza compreende tão somente o campo de reservas e do excedente para o consumo desenfreado (FUNES & RIOS, 2020, p. 13).

Nesse quadro, temos por um lado as mudanças de percepções sobre a natureza, das concepções do conhecimento histórico referente às ações propostas pela disciplina; e, por outro lado, sobre a sociedade, que converge e impacta no papel político e social da instituição e dos agentes envolvidos no processo de produção do saber. A diversidade de temáticas e abordagens, e a pluralidade de estímulos e leituras, demandam na mesma intensidade estimular as experiências, convivências e tendências das práticas culturais, educando para a biodiversidade. Na assertiva de Wesley Kettle:

Diante disso, podemos identificar caminhos diferentes que podem ser trilhados no ensino de história em relação ao debate ambiental. Os estudos sobre o passado podem acompanhar a perspectiva tradicional da política, ou, como temos apontado aqui, discutir em que medida considerar os elementos naturais como agentes históricos que ampliam e enriquecem a narrativa histórica. Conseqüentemente, um

conteúdo que considera a dimensão ambiental em sala de aula, ultrapassa visões simplificadas do processo de construção do conhecimento que aparta humanos e natureza (KETTLE, 2017, p. 59).

Ademais, a História Ambiental pode contribuir para avultar ajustes e atitudes de indivíduos, grupos e povos na construção e reconfiguração de sociedades; entre povos e culturas, das mudanças e permanências no modo de viver e de pensar, de fazer e as heranças legadas por gerações. Valoriza os estudos históricos e contribuições no que tange a sua capacidade para lidar com o intercâmbio de ideias, com diferentes fontes e linguagens sobre o mesmo acontecimento. Estimula a formação para e através do diálogo, possíveis contribuições dos estudos históricos para o entendimento de conceitos como diversidade, meio ambiente, pluralidade cultural, desigualdade social, sustentabilidade e desenvolvimento, além de modos e meios dos processos de resistências emergentes historicamente.

A prática de ensino na História Ambiental é um fenômeno social, não somente parte da educação formal e institucionalizada (CARVALHO, 2021). É integrada por múltiplos esforços em estabelecer sentidos para o tempo experienciado da formação discente e da ecocidadania. Assim definido, parece um objeto excessivamente amplo para nossa reflexão. De fato, é ampla a definição de História como tempo significado, mas ela tem o condão que nos orienta e permite entender que o ensino é da práxis, podendo ser encarado como um processo de constituição de identidades e saberes, que é uma constante antropológica.

Na sociedade, os diversos grupos humanos se formam, se organizam, hierarquizam-se e ocupam determinados espaços, e estabelecem relações com a natureza. O estudo dessas especificidades exige uma constante construção e reconstrução, que adentra em campos de saber que incluem a transformação social e a sensibilização ambiental. Exige promover percepções sobre o meio ambiente natural, propiciando com isso promover discussões que integram as preocupações políticas globais no que concerne a sustentabilidade, a preservação de biomas e dos ecossistemas. Preocupações com a sobrevivência humana frente aos amplos processos de degradação

e impactos ambientais que promovem mudanças climáticas, das vulnerabilidades ambientais e dos recursos hídricos.

Foi com tais preocupações que iniciamos a primeira turma da disciplina, utilizando leituras que permitiram aos acadêmicos entender do que trata a História Ambiental. Discutimos textos produzidos por Donald Worster, Regina Horta Duarte, José Augusto Pádua, Warren Dean, dentre outros, trazendo leituras complementares, debates e mediações necessárias para a compreensão do que é e do que trata a História Ambiental. Paralelo a isso, disciplinas como História do Brasil I, História dos Povos Indígenas do Brasil e História Regional (MT/MS) levaram a questionamentos cujas respostas estavam associadas as relações de câmbio do humano com a natureza e seus desdobramentos na política, na economia e na constituição das sociedades; auxiliando na elaboração dos eixos temáticos e das questões norteadoras da entrevista, pois entendemos que

[...] a perspectiva ambiental da história requer um diálogo dos docentes com discussões no campo da geologia, botânica, arqueologia e outras áreas do conhecimento que permitirão a elaboração de aulas não apenas mais amplas no sentido da compreensão do passado, mas também na formação de um aluno capaz de construir seu entendimento sobre o mundo a partir das diversas fontes de informação, considerando inclusive a sua própria experiência de vida e de seus antepassados como chave indispensável para debater problemas globais e locais (KETTLE, 2017, p. 62)

Dos fatos que nos chamaram atenção no decorrer dos estudos um em especial foi detectar o interesse e a contribuição dos acadêmicos indígenas ao compartilharem suas experiências; experiências essas oriundas das conversas com os anciãos, com rezadores nas aldeias, a propiciar riquíssimos debates sobre a importância da retomada e da manutenção dos indígenas na terra, sobre sua visão da natureza e como esta está associada às suas práticas culturais, religiosas, medicinais e de representações no universo cosmológico, do grafismo e da educação das crianças. A dificuldade na aquisição de determinadas plantas com princípios curativos, que foram extintas com a limpeza dos campos para a monocultura da soja e da pecuária, ganharam destaque e relevância. Com

isso, despertou-se o interesse em conhecer e discutir práticas do agronegócio, como o uso excessivo de agrotóxicos e seus efeitos deletérios para a natureza, para o humano, para a vida; também o racismo ambiental e a exclusão das populações tradicionais de seus territórios.

Tratou-se de um encadeamento de temáticas que se interligavam, de modo a estimular os acadêmicos a buscassem mais informações, que resultassem em mais questionamentos. É o caso de uso de hormônios na produção de frangos, da quantidade de água usada na produção de roupas e calçados, do tráfico clandestino de animais, dos crimes ambientais e das multas inexpressivas aplicadas. Multas que deveriam ser revertidas para amenizar os danos causados com o não cumprimento e respeito as leis ambientais, com a contaminação e o assoreamento dos rios; com a derrubada da mata para produção de carvão, para o plantio da cana e para a pecuária; revertidas para incentivar e atender o movimento ambientalista, a ecopolítica, o ecossocialismo. A agroecologia aflorou como um caminho possível para a construção de uma sociedade sustentável para os indígenas, de modo a assegurar seus conhecimentos e saberes tradicionais.

Debates que levaram os discentes ao entendimento que o humano é parte integrante desse universo, tanto quanto os demais seres e elementos que integram a natureza. Em alguns casos, o humano considera essa natureza deletéria, passível de ser removida em prol do progresso que gera exclusão, do capitalismo exacerbado, do racismo ambiental e da desigualdade social.

Aqui nos ancoramos nos estudos realizados por José Augusto Pádua, quando o autor pondera que a História Ambiental

[...] leva adiante o movimento, observado desde o final do século XIX, no sentido de expandir temáticas e dimensões da historiografia para além da história dos Estados e dos grandes personagens. Um movimento que se manifestou na história econômica, na história social, na micro-história etc. Não se trata, portanto, de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca

por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica (PÁDUA, 2010, p. 94)

Ao discorrer sobre a “ideia” que temos de natureza, Donald Worster aponta que ela engloba percepção, ideologia e valor. O autor explica que “quando se fala em natureza, ideias, significados, pensamentos, sentimentos aglomeram-se porque tentamos indicar várias coisas ao mesmo tempo”, que podemos até mesmo dizer que a natureza é algo fora de nós: “podemos supor também que a natureza se refere a algo radicalmente distinto de nós, que ela está em algum lugar ‘lá fora’, parada, sólida, concreta, sem ambiguidades”. Na análise de Worster “há um consenso de que “natureza” designa o mundo não-humano, o mundo que nós não criamos originalmente”; de modo a que o “ambiente social” no qual os seres interagem, “na ausência da natureza, fica, portanto excluído” (WORSTER, 1991, p. 201).

Para Zarrilli, “existe uma estreita relação entre sociedade e meio ambiente e, os mesmos são respectivamente subsistemas de um sistema global que se condicionam entre si”. Prosseguindo, de acordo com o autor, para se fazer uma análise integral dos sistemas que envolvem os subsistemas social e natural, aqui vistos como sociedade e natureza, faz-se necessário a incorporação das formas em que as ações antrópicas influenciam os sistemas e modificam alguns de seus atributos, como a estabilidade e a comprovação de tais danos em níveis de artificialização, assim como sua capacidade de adaptar-se aos fatores climáticos. O que temos, na concepção do autor, são diagnósticos que não aprofundam as contradições entre sociedade e natureza (ZARRILLI, 2000, p. 01).

Cabe ainda o entendimento das relações e câmbios entre homem e natureza, de quanto a degradação ambiental é percebida como um problema global e que não está restrito aos limites geográficos e territoriais. São problemas que envolvem ajustes dos e nos sistemas produtivos, na política e na educação; conseqüentemente, congrega com novas dimensões e entendimentos do que seja desenvolvimento sustentável e inclusão socioeconômica, cultural e socioambiental (LEFF, 2001; SEN, 2000).

Para um estudo da natureza, de acordo com Worster, podemos considerar que, na qualidade de organismos vivos, “os seres humanos nunca conseguiram viver num isolamento esplêndido, invulnerável”; então, percebemos a participação dos indivíduos nos ecossistemas como organismos biológicos. Assim, nessa condição, o homem “tem sido parte inseparável da ordem ecológica do planeta” (1991, p. 206)

Atrelada a essas transformações está a necessidade de conhecer as relações entre os seres humanos e a natureza, nas diferentes épocas e sociedades. Para Martinez, tal aspecto permite entender que “a separação e a distância do passado são cada vez menores” (2008, p. 28). A questão posta por Martinez é de que “a pesquisa e a reflexão sobre o passado ambiental, no Brasil, podem convertê-lo em um ativo e fecundo laboratório do ofício do historiador” (2008, p. 34). Regina Horta analisa que essa inserção está baseada no fato de que ocorreu um descortinar cultural e histórico das imagens sobre a natureza, o que reforçou a “concepção de que a forma como os homens descrevem e compreendem o mundo natural é inseparável dos valores e conflitos vividos” (2006, p. 04).

Um exame das transformações ambientais auxiliaria no entendimento do contexto ambiental mais amplo, pois o meio ambiente não é apenas como que um cenário passivo e estático em que se opera a trajetória humana. Perceberemos que o homem atua como um construtor, modificador da natureza, ou seja, sociedade e natureza se moldam mutuamente (DUARTE, 2006, p. 21). A utilização do solo para a produção de alimentos, em sua dimensão produtiva e econômica, pode ser citada como exemplo. O impacto é gerado por todas as sociedades em seus segmentos seculares e a diferença consiste apenas no grau de intensidade de tal impacto ambiental. Os aspectos que envolvem esse impacto são críticos e merecem uma análise apurada pelas diversas áreas de conhecimento.

História e natureza como componentes da prática de Ensino

A História pode contribuir para destacar compromissos e atitudes de indivíduos, grupos e povos na construção e reconstrução de sociedades. Pode dedicar-se a questões

locais, regionais, nacionais e universais, reavendo as diferenças e semelhanças entre povos e culturas, as mudanças e permanências no modo de viver e de pensar, de fazer, e as heranças legadas por gerações. E a História Ambiental é um campo que sinaliza muito bem que não se pode estudar a natureza sem uma análise minuciosa da sociedade em seus aspectos norteadores como a política, a economia e a cultura.

A prática de ensino na História é um fenômeno social, não somente parte da educação formal. É integrada por todos os esforços por estabelecer sentidos para o tempo experienciado da formação discente. Assim definido, parece um objeto excessivamente amplo para nossa reflexão, independentemente da historiografia.

Nesse sentido, **a sala de aula** passa a ser um local de constituição de relações e de sentidos, de ensino e pesquisa. E,

O professor de História é, nessa perspectiva, convidado a ampliar seu envolvimento ou a trabalhar com temas socioambientais, que são de grande interesse na atualidade e que têm sido abordados, até o momento, preferencial ou exclusivamente por profissionais de outras áreas do conhecimento, como a Biologia e a Geografia (GERHADT; NODARI, 2010, p. 57).

Ademais, é relevante pensar ementa e conteúdo, de modo a estudar as inter-relações, as simbologias, a constituição dos espaços, das territorialidades, identidades culturais, em ambientes que agregam uma herança histórica das relações de simbiose com o meio ambiente, envolvendo mudanças e implicações, da apropriação e da produção de recursos. No entanto, é preciso se ter em mente que a História Ambiental não é a história da natureza sem o ser humano, assim como não é a de uma natureza que é meramente um palco de ações humanas. Aqui é preciso destacar que disciplinas como História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Direito, Arqueologia, Artes e Literatura, têm gradualmente aumentado reflexões sobre questões ambientais e os câmbios estabelecidos entre humano e natureza. Na oficina do historiador, sua matéria-prima se instrumentaliza nas fontes, ou seja,

Os historiadores ambientais usam também memórias, diários, inventários de bens, escrituras de compra e venda de terras, testamentos. Usam descrições de dietas, roupas, moradias, materiais de construção, mobiliários, ferramentas e técnicas produtivas, estudos sobre epidemias e doenças, projetos e memórias descritivos de obras (estradas, ferrovias, portos), listas de bens comercializados, romances, desenhos, pinturas – tudo enfim que permita ver (a) quais os recursos naturais são locais e quais são importados, (b) como eles são valorizados no cotidiano das sociedades e (c) que tecnologias existem para o seu aproveitamento (DRUMMOND, 1991, p. 183).

O ensino de História que contempla a História Ambiental é um fenômeno social, e não somente parte da educação formal e institucionalizada. É integrada por todos os esforços por estabelecer sentidos para o tempo experienciado da formação discente e da ecocidadania. Assim definido, parece um objeto excessivamente amplo para nossa reflexão. De fato, é ampla a definição de História como tempo significado, mas ela tem o condão que nos orienta e permite entender que o ensino e a práxis podem ser encarados como um processo de constituição de identidades e saberes.

Em princípio, ao indagarmos professores e alunos, percebemos que há um equívoco quando ao entendimento do que é História Ambiental e Educação Ambiental. Desconhece-se que a primeira é que dá a bagagem, capacita o acadêmico para ir até a escola e colocar em prática a segunda. Ainda se tem a ideia de educação ambiental como prática de reutilização e preservação ambiental sem a preocupação do entendimento dos meandros teóricos e historiográficos que margeiam as relações entre o humano e a natureza historicamente constituídas.

A História Ambiental se erige como uma vertente abundante de possibilidades para interagir com a Educação Ambiental, pois vai ao encontro de um ensino crítico que vise conscientizar e orientar na direção de reflexões sobre o presente e as práticas cotidianas voltadas ao meio ambiente. Segue contribuindo e sensibilizando, trabalhando no interior dos conteúdos; explorando conceitos como território, sociedade, biomas e recursos naturais, extrativismo, ecologismo, ambiente, patrimônio ambiental, biopolítica, saberes tradicionais, políticas ambientais, ecossocialismo e direito a cidade.

Se a sociedade é um construto humano, a natureza é parte integrante dela em todos os seus meandros, não há como negligenciar tal aspecto. Difícil mesmo é jogar por terra ideias e concepções herdadas do período colonial, exclusivamente voltadas para o utilitarismo econômico da natureza, num processo constante e interminável de geração de desigualdades sociais, vergonhosamente justificadas pelo desenvolvimento e progresso. Negligencia-se assim os saberes tradicionais, as múltiplas formas de interação com o mundo natural, suas simbologias e representações; além de subestimar as formas de estruturação econômico-social de povos distintos, cujas ações não são voltadas ou pensadas exclusivamente pelo viés do capitalismo.

Portanto, ciente de tais reflexões, foi possível compreender o significado do fazer a História Ambiental, dar os primeiros passos adentrando a um campo de reconhecimento de temáticas que viabilizem um estudo sistematizado, onde o que temos não é um objeto novo, mas um que sugere e produz abordagens com enfoques plausíveis, nos quais a sociedade contemporânea “esbarra” cotidianamente. São continuidades e rupturas que sugerem mudanças na forma de pensar e agir frente aos problemas políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, ao apontar que não há como escrever boa história reproduzindo dissociação de tais elementos em suas particularidades e especificidades.

Não obstante, as discussões sobre crise ambiental estão presentes nos discursos dos mais variados segmentos da estrutura social, estando estes inseridos no âmbito político, social, econômico, científico, cultural, religioso e filosófico. Discussões essas que sinalizam para uma reavaliação de comportamentos e para a necessidade de reformulações culturais em escala global, no que tange a intervenção do homem sobre a natureza assim pensada historicamente; além dos impactos e formas de utilização, disponibilidade e organização das estruturas econômicas, nas diversas fases da existência humana.

Breves conclusões

As propostas de atividades visavam inicialmente despertar a atenção e o olhar dos acadêmicos para conceitos e leituras norteadoras, no intuito de estabelecer uma rede de elementos que interligam história e memória, vinculadas as relações do humano com a natureza, no passado e no presente. Uma rede de relações que não se explicam apenas ou somente pelo aspecto político-econômico, mas também pelo aspecto social, religioso, cultural.

Aos discentes coube o entendimento que o homem desenvolve relações e maneiras de viver em sociedade que são pautadas em ideologias e interesses, relações que estão em constante processo de adaptações e transformações, ora culturais, ora ambientais; sejam tais relações harmônicas, indeléveis ou mediadas por conflitos. Que as mudanças e pressões características de um modelo de economia globalizada da sociedade contemporânea sugerem novos modelos de relações socioculturais e, conseqüentemente, novas percepções em relação à natureza.

As sensibilidades se intensificam mediante o ritmo acelerado a que o homem está exposto e as formas de comunicação que possibilitam um acesso mais rápido às informações referentes à problemática ambiental em âmbito global. As múltiplas incursões tecno-científicas marcam a contemporaneidade em um amplo processo globalizante, processo pautado em um modelo de produção cada vez mais intenso, onde seu ritmo dita o compasso da utilização dos recursos naturais.

Falar de estudos e pesquisa em História Ambiental é necessariamente falar de natureza e sociedades humanas de modo indissociável, envolvendo processos de adaptações, modificações, rearranjos e transformações na densidade demográfica, do inchaço dos centros urbanos, de paisagens construídas, de noção de “natureza mercadoria”, de sociedades tradicionais e de áreas com especificidades singulares. Ousamos dizer que há duas formas de ver a natureza e o meio ambiente. A primeira, parte da premissa que a natureza existe independentemente da vontade do homem. Já

a segunda forma parte da premissa de que a natureza só existe quando pensada pelo homem, que a constrói histórica e socialmente, no tempo e no espaço.

Concluimos avaliando que para os estudantes, em especial os indígenas, são universos culturais distintos, que ainda não associam automaticamente o meio ambiente segundo o binômio natureza/mercadoria. É preciso abordagens menos lineares e que fujam da esteira que evoca civilização e progresso. Faz-se necessárias abordagens mais críticas, a partir da História do passado colonizador do Brasil. E se ainda assim mencionarmos a palavra progresso, é por certo que estaremos a nos referir a um processo em movimento, inacabado, em construção; nada estanque ou fossilizado.

Referências

CARVALHO, ELY B. de. Ensino de História e Educação Ambiental. Belo Horizonte/MG.: Fino Traço, 2021.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Regina H. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

DUARTE, R.H. *Pássaros e cientistas no Brasil: Em busca de proteção, 1894-1938*. **Latin American Research Review**, vol.41. n. 1 February 2006: 3-26

DRUMMOND, José A. *A História Ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p. 177-197.

FUNES, Eurípedes A.; RIOS, Kenia S. *História Ambiental: alguns desafios conceituais e políticos*. In: KMITTA I.R; ARAKAKI S.; ZIMMERMANN T. R. **História Ambiental: configurações do humano e tessituras teórico-metodológicas**. Vitória/ ES: Milfontes, 2020.

GERHARDT, M.; NODARI, E. S. *Aproximações entre História Ambiental, Ensino de História e Educação Ambiental*. In: BARROSO, V. L. M. et al. **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Resenha Crítica. Porto Alegre: ANPUH, 2010, p. 57-72.

KETTLE, Wesley. *A Perspectiva ambiental e o Ensino de História na Amazônia: Experiências no município de Ananindeua*. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num. 6, vol.4, jan/dez. 2017|6. p.53-69.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

MARTINEZ. P.H. *Brasil: Desafios para uma História Ambiental*. **Nômadias** (Bogotá, Colômbia), 22 (abril 2005); 26-35. <http://ww.ucentral.edu.co/NOMADAS/nunme-ante/21-25/22.htm>

MARTINS, M.L. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume. Fac. São Leopoldo, 2007.

MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: Como fazer, como pensar**. Editora Contexto, 2007.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da História Ambiental*. **Estudos Avançados**. São Paulo: 2010, v. 24, n. 68.

POLLAK, M. *Memória e Identidade Social*. **Estudos Históricos**. (Rio de Janeiro), v.5, n. 10, 1992. p. 200-215.

_____. *Memória, esquecimento, silêncio*. **Estudos Históricos**. (Rio de Janeiro), vol.2, n.3, 1989.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Trad. João Roberto Martins Filho. 3ª reimp. São Paulo; Cia das Letras, 1988.

ZARRILLI, A. *Transformacion ecológica y precariedad econômica em uma economia marginal. El Grann Chaco Argentino, 1980-1950*. **Revista THEOMAI**, n.1 (primer semestre 2000) <http://theomai.unq.edu.ar/>

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Trad. José Augusto Drummond, do original “Doing environmental history”, extraído de Donald Woster, ed., *The ends of the Earth – perspectives on modern environmental history* (Cambridge,

Cambridge University Press, 1988) p. 289-307. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4 n. 8, 1991 p. 198-215

A autora

Ilsyane do Rocio Kmitta

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Recebido em 05/2022 • Aprovado em 06/2022 • Publicado em 07/2022